

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.667.485 - RJ (2020/0038106-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CASA BAHIA COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : JOAO ROGERIO ROMALDINI DE FARIA - SP115445
PATRICIA MARIA MENDONÇA DE ALMEIDA FARIA -
RJ213548
AGRAVADO : MARIA ERNESTINA SOARES
ADVOGADO : VICTOR FELIX MAZZEI - RJ132472

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CASA BAHIA COMERCIAL LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido (grifos nossos):

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA DEFEITO EM LAVADORA DE ROUPAS DEPOIS DE QUASE UM ANO DA COMPRA E APÓS CONsertos ANTERIORES GARANTIA ESTENDIDA VÍCIO OCULTO LEGITIMIDADE PASSIVA DA VENDEDORA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA COM A FABRICANTE DECADÊNCIA NÃO VERIFICADA DANO MORAL CONFIGURADO QUANTUM INDENIZATÓRIO CORRETAMENTE FIXADO EM R 200000 (DOIS MIL REAIS) CABIMENTO DE ASTREINTES NA HIPÓTESE DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO DESPROVIMENTO DE AMBOS OS APELOS (fl. 288).

Quanto à controvérsia, alega violação dos arts. 12, *caput*, e 13, I, do CDC, relativo à impossibilidade de responsabilização da parte ora recorrente pelo evento ocorrido, trazendo o seguinte argumento:

Em suas manifestações a Recorrente obteve êxito em comprovar que não deve ser responsabilizada pelo evento ocorrido, tendo em vista o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, devendo a responsabilidade recair sobre o fabricante do produto.

[...]

Ainda, no caso dos autos, o produto adquirido foi acompanhado de nota fiscal, embalagem e, dessa forma, facilmente identificado o seu fabricante, responsável por eventuais vícios ocultos, conforme disposto no artigo 13, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor (fl. 327).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu (grifos nossos):

Veja-se que **não se trata, na hipótese, de defeito aparente, mas de verdadeiro vício oculto**, como reconhecido na R. sentença, uma vez que a autora comprovou, pela Ordem de Serviço trazida às fls. 46 e e-mail de fls. 49, que, mesmo antes do defeito narrado na inicial, a lavadora que ela adquiriu já havia apresentado outro problema, pois não acendia e nem ligava, o qual restou solucionado.

Assim, se ao longo de um ano, vários defeitos foram sendo detectados no produto, parece lógico que não se trata de defeito aparente, como alega a apelante, de modo que **se aplica, na hipótese, o disposto no artigo 18 do CDC, que assim dispõe:**

Art. 18. **Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios** de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas (fls. 291).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ademais, constata-se que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo

Superior Tribunal de Justiça

fático-probatório juntado aos autos; o quê é obstado pela Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Destarte: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

A propósito: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente